

# RESPONSABILIDADE CIVIL

## DANOS MORAL E MATERIAL

Recurso re 60  
Tribunal STJ

MANDATO — PROCURAÇÃO - REVOGAÇÃO - DANO - REPARAÇÃO - ART. 159/CC - ART. 1.316/CC - IMÓVEL - VENDA A TERCEIRO - ABUSO DE PODER - ART. 186/NCC - ART. 682/NCC - LEI 10.406/02

### EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .....VARA CÍVEL DA COMARCA DE ..... brasileira, separada judicialmente nascida em ...., em ...., CIC ....., residente e domiciliada rua ....., nº...., bairro ..... nesta capital CEP ....., por seu procurador abaixo assinado e qualificado em procuração anexa, ....., OAB/...., VEM PROPOR CONTRA ....., brasileiro, casado, do comércio, portador da C.I. nº.....-...., inscrito no CPF/MF ....., e com endereço domiciliar a rua ....., nº...., bloco .... apartamento nº .... conjunto ....., ....., AÇÃO DE REVOGAÇÃO DE MANDATO CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS Nos termos dos artigos 186 e 682 e seguintes do Novo Código Civil pelo exposto a seguir: 1. A requerente operou o mandato através de seu instrumento para o requerido dia .... de ..... de ..... consta no livro .... às folhas ..... no ....º Tabelião de Notas da Comarca de ..... 2. Desde esta data o requerido estava com poderes visando a representar a requerente perante a ..... objetivando a realizar as providências necessárias para a administração do imóvel apartamento nº...., bloco nº... do conjunto residencial ..... 3. Ocorre que seis meses após a negociação onde o requerido havia se comprometido a transferir o imóvel para o seu nome, não o fez. O requerido vendeu o imóvel para terceiros. A partir de então a requerente teve problemas relativos a conta corrente e ameaça de rescisão de seu contrato junto a ..... Seu nome consta como inadimplente junto a ..... O requerido vem abusando dos poderes a ele conferidos na procuração a ser revogada. 4. O abuso consiste fundamentalmente em ter permitido que o nome da requerente conste como inadimplente perante o Condomínio do Edifício e da ..... Além disso, grosserias e diálogos inapropriados constaram das atitudes do requerido, quando a requente intentou realizar negociações visando evitar a dem and a judicial, conforme testemunha. Culminou com a invasão do imóvel permitida pelo requerido. Atualmente o imóvel está sendo ocupado pelo senhor ....., conforme constatado pela requerente. DO DIREITO 1. As atitudes do requerido são claramente ilícitas, na medida que causam prejuízo à requerente e não correspondem ao que foi estabelecido entre as partes por ocasião da realização da procuração. O mandatário deve cobrir o prejuízo causado como estabelece o artigo 667 do Novo Código Civil. "A primeira obrigação do mandatário é de cumprir fielmente o mandato" explicita o mestre Washington De Barros Monteiro. O mandato estabelecido entre a requerente e o requerido era contrato preparatório, visando a transferência do imóvel para o nome do mandatário. Este utilizando-se de subterfúgio e da não intenção de cumprir o que fora negociado, utilizou-se de forma abusiva da possibilidade de substabelecer expressa no mandato. Estas atitudes ocasionaram prejuízo a requerente. Face o exposto requer que: 1. a ação seja julgada procedente; 2. o réu seja citado sob pena de revelia e condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios; 3. seja expedido mandado judicial visando a notificar a ....., o ....º Tabelião de Notas, e o requerido que a procuração esta revogada. 4. o réu seja condenado a pagar o valor de R\$......(.....), referentes aos valores que a requerente despendeu visando a não permitir que seu crédito fosse afetado pelo mau uso dos poderes conferidos ao réu e as despesas que serão realizadas visando a retirada do invasor do imóvel ..... 5. O réu realize todos os esforços no sentido de retomar a posse do imóvel e devolvê-lo a requerida. Dá o valor da causa de R\$.....(.....). N. Termos, P. Deferimento. ...., .... de .... de ..... Advogado COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - CONSTRUÇÃO CIVIL - OBRA -

BEM IMÓVEL - RELAÇÃO DE CONSUMO - LEI 8.078/90 - ART. 159/CC - INDENIZAÇÃO - TUTELA ANTECIPADA - ART. 273/CPC - FINANCIAMENTO - PAGAMENTO - PRAZO DE ENTREGA - POUPANÇA - ART. 186/NCC - LEI 10.406/02 EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DESTA CAPITAL. ...., brasileiro, casado, motorista autônomo, portador da cédula de identidade RG n.º ....., inscrito no CPF/MF sob o n.º ....., residente e domiciliado na Rua ....., Bairro ....., nesta Capital, por sua advogada e procuradora adiante assinada, conforme instrumento procuratório incluso (doc. ....), com escritório profissional abaixo impresso, onde recebe no